



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

ATA Nº 5, DE 30 DE JANEIRO DE 2025
Sessão Pública da Câmara de Educação Básica

Aos trinta dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às dez horas, realizou-se, presencialmente, no edifício-sede do Conselho Nacional de Educação (CNE), situado na Avenida L2 Sul, Quadra 607, Lote 50, em Brasília, no Distrito Federal e, virtualmente, por meio da Plataforma *Microsoft Teams*, a Sessão Pública da Câmara de Educação Básica (CEB). A referida Sessão contou com a participação presencial dos Conselheiros Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva (Presidente), Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho (Vice-Presidente), Antonio Cesar Russi Callegari, Cleunice Matos Rehem, Gastão Dias Vieira, Leila Soares de Souza Perussolo e Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa e, de forma virtual, das Conselheiras Givânia Maria da Silva, Ilona Maria Lustosa Becskeházy Ferrão de Sousa, Israel Matos Batista e Márcia Teixeira Sebastiani, registrada a ausência da Conselheira Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt (membra nata). Inicialmente, com a presença das convidadas Gesuína de Fátima Elias Leclerc, Diretora de Articulação Intersetorial Substituta da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (Sase/MEC), Beatriz Benedito, analista do Instituto Alana e convidados, de forma virtual, Ana Valéria Dantas, da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC); Andrea Martins e Alessandra Pinheiro, da Redes da Maré; Barbara Bacelar, da Secretaria de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República; Calid Trindade, da Edelman Brasil; Cleida Beatriz Fraga, Doriza Holtz, Maria da Graça Fiorioli e Viviane Kneib, do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul; Elizete Machado, do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede) do Acre; Guelda Andrade, representante do Conselho Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE); Priscila Artte Rosa Nascimento, da Secretaria Municipal de Educação de Niterói/RJ; Pedro Flexa Ribeiro, do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro (CEE/RJ); Sara Vitral, Secretária-Executiva do Foncede. A Conselheira Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva apresentou um breve histórico sobre o início das discussões sobre os problemas que atingem os estudantes, destacando a falta de garantia dos direitos aos duzentos dias letivos em localidades afetadas pelas operações policiais; impactadas pelos desastres climáticos ou pela falta de professores que compromete a carga horária das disciplinas escolares. O Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho tratou da possibilidade de criar um fórum para o debate sobre o tema com a participação de entidades que atuam no âmbito municipal, estadual e nacional para discutir a garantia dos duzentos dias letivos aos estudantes. O senhor Pedro Flexa tratou do desafio de enfrentar as situações dramáticas, como pandemia e questões climáticas, para buscar um consenso nacional que possibilite a garantia do funcionamento das escolas. A senhora Andrea Martins solicitou um retorno sobre os encaminhamentos dos pontos discutidos na reunião do CNE que ocorreu no dia cinco de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro. A senhora Ana Valéria Dantas tratou das políticas do MEC para a melhoria contínua do aprendizado dos alunos e mencionou que o afastamento dos alunos das escolas em razão da violência acarreta novas desigualdades. Destacou que o MEC se coloca à disposição para contribuir com as estratégias e as alternativas para dirimir esse quadro desafiador. A senhora Sara Vitral colocou o Foncede à disposição para garantir o direito à educação de qualidade. A senhora Gesuína de Fátima Elias Leclerc destacou a importância da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635, em razão de perda de dias letivos.



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

ATA Nº 5, DE 30 DE JANEIRO DE 2025
Sessão Pública da Câmara de Educação Básica

Sugeriu a leitura do livro infantojuvenil “Ele devia estar na escola” (Editora Caixote) narrado e ilustrado por crianças e jovens moradores da Maré, que relatam a vivência infantil sob o impacto das frequentes operações policiais. Tratou da importância de repercutir essa pauta nas diferentes secretarias do MEC. Destacou que a ampliação de jornada escolar está sendo discutida, porém há locais que não cumprem as quatro horas. O Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari indicou que o CNE contribuirá para a articulação institucional dentro dos seus compromissos políticos e educacionais. A senhora Guelda Andrade sugeriu a criação de uma campanha nacional pela garantia dos duzentos dias letivos em articulação com os poderes para sensibilizar a sociedade. A Conselheira Givânia Maria da Silva tratou dos problemas que atingem todas as periferias e a importância de ouvir as populações locais. A senhora Elisete Machado discorreu sobre os problemas que afetam a garantia dos dias letivos para os estudantes da região norte do Brasil, causados, principalmente pelas mudanças climáticas e sugeriu a realização de audiências públicas para tratar dos impactos dos problemas ambientais na comunidade escolar. A senhora Andrea Martins sinalizou a falta dos representantes das secretarias estaduais e municipais de Rio de Janeiro na reunião e destacou a importância de acompanhar a votação do STF que definirá as diretrizes para a atuação das forças de segurança em comunidades do Rio de Janeiro, na ação conhecida como ADPF das Favelas. Indicou que o CNE pode incentivar a adesão dos municípios e estados aos programas federais que podem ser implementados nessas áreas para a mitigação de problemas. Tratou da importância de demarcar a diferença entre violência na escola e a violência externa (do entorno) e indicou a necessidade de sensibilizar gestores e envolver as famílias nas discussões. O senhor Pedro Flexa que representa o Secretário Estadual do Rio de Janeiro solicitou o contato da senhora Andrea Martins para continuarem o diálogo. A Conselheira Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva apresentou uma síntese das medidas que foram sugeridas na reunião de cinco de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro: a) reunião com a participação do MEC, do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) e do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), o CNE atuará como observador. Destacou que essa reunião será articulada a partir do mês de janeiro, após o período de férias. Informou que presidirá o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e colocará o tema para ser discutido na primeira assembleia do conselho em dois mil e vinte e cinco; b) encaminhar a criação do fórum para o debate sobre o tema da garantia dos direitos aos duzentos dias; c) agendamento de reunião com Ministro Edson Fachin, do STF, que será feito após o recesso do poder judiciário; e d) criação da comissão que tratará da temática no âmbito da CEB, na Sessão de Trabalho na presente semana de reuniões. Destacou que a comissão visará a manutenção do diálogo e a organização do fórum para o debate sobre o tema da garantia dos direitos aos duzentos dias, e que ponto focal para a divulgação por meio do MEC se dará a partir da senhora Carol Cotta, da Secom/MEC. A Conselheira Cleunice Matos Rehem tratou da importância de manter articulações para a concretização de ações. A Conselheira Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva tratou da necessidade de ampliar a presença do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) nas discussões. A Conselheira Givânia Maria da Silva destacou a importância das medidas que possam sensibilizar a população para que não se aceite a naturalização do que ocorre nas comunidades da Maré, no estado do Rio de Janeiro e em outros locais. O Conselheiro Heleno



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

ATA Nº 5, DE 30 DE JANEIRO DE 2025
Sessão Pública da Câmara de Educação Básica

Manoel Gomes de Araújo Filho propôs que o tema seja pautado nas reuniões da CEB a cada três meses (em abril, julho e outubro do ano de dois mil e vinte e cinco), bem como nas reuniões itinerantes do CNE. Propôs que o CNE articule com o Fórum Nacional de Educação (FNE), o CEE/RJ, e com o Fórum Estadual de Educação do Rio de Janeiro, a realização de audiências públicas nas capitais com a participação do estado e das prefeituras, bem como da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) e do Conselho Nacional de Secretários de Educação de Capitais (Consec). A Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo destacou que a comissão fará a articulação dos atores, visando a mobilização de forma ampla com fóruns os estaduais, Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), Fórum EJA Educação e todos os instituídos localmente para realizar as articulações. Para tal, é necessário elaborar um documento com os nomes e as informações das representações (*e-mails*, telefones) para garantir a continuidade do diálogo. A Conselheira Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva reforçou que articulará com o MDHC a reunião com os ministros do MEC, do MJSP e do Ministério da Igualdade Racial (MIR), com a participação do CNE e do Conanda como observadores. Sem outras manifestações, a Sessão foi encerrada às onze horas e trinta minutos e, para constar, eu, Luciana dos Santos Marvulle Bueno, lavrei esta ata que, uma vez aprovada, será assinada eletronicamente por mim e pela Presidenta da Sessão, Conselheira Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva. Brasília, trinta de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco.